



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

CNPJ Nº 10.979.076/0001-64

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	6
3. POLÍTICA DE EQUIDADE	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração de Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. Contexto Operacional	11
2. Base de Preparação	11
3. Políticas Contábeis Materiais	12
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5. Clientes	16
6. Títulos e Valores Mobiliários	16
7. Investimentos	16
8. Imobilizado	17
9. Intangível	17
10. Partes Relacionadas	18
11. Fornecedores	19
12. Empréstimos e Financiamentos	19
13. Debêntures	20
14. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia	21
15. Outras contas a pagar	22
16. Direito de Uso e Passivo de arrendamentos	22
17. Provisões para litígios e passivos contingentes	23
18. Patrimônio Líquido	24
19. Receita Operacional Líquida	24
20. Custos e Despesas Operacionais	24
21. Resultado Financeiro.....	25
22. Imposto de Renda e Contribuição Social	25
23. Instrumentos Financeiros	26
24. Seguros	30
25. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	30
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	31
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 23 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

Constituída em 22.06.2009, a Companhia é uma subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). É controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam dois complexos de parques eólicos denominados Cutia e Bento Miguel. Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias. O Complexo Cutia, composto por sete parques eólicos, possuem em conjunto, 86 aerogeradores, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	23,1	9,6	62,7	266,22	22.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	21,0	8,3	47,0	266,22	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	27,3	9,1	57,9	266,22	29.12.2018	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	27,3	10,3	73,8	266,22	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	27,3	12,0	69,1	266,22	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	27,3	10,6	58,3	266,22	05.01.2019	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	27,3	11,5	62,9	266,22	29.12.2018	11.05.2050
Total das Eólicas	180,6	71,4	431,7			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

Em 31.10.2014, os 7 parques do Complexo Cutia venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,4 MW médios pelo preço à época de R\$ 144,00/MWh (preço teto do leilão).

O complexo Bento Miguel, formado por seis parques eólicos, conta com 63 aerogeradores, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica do Complexo Cutia.

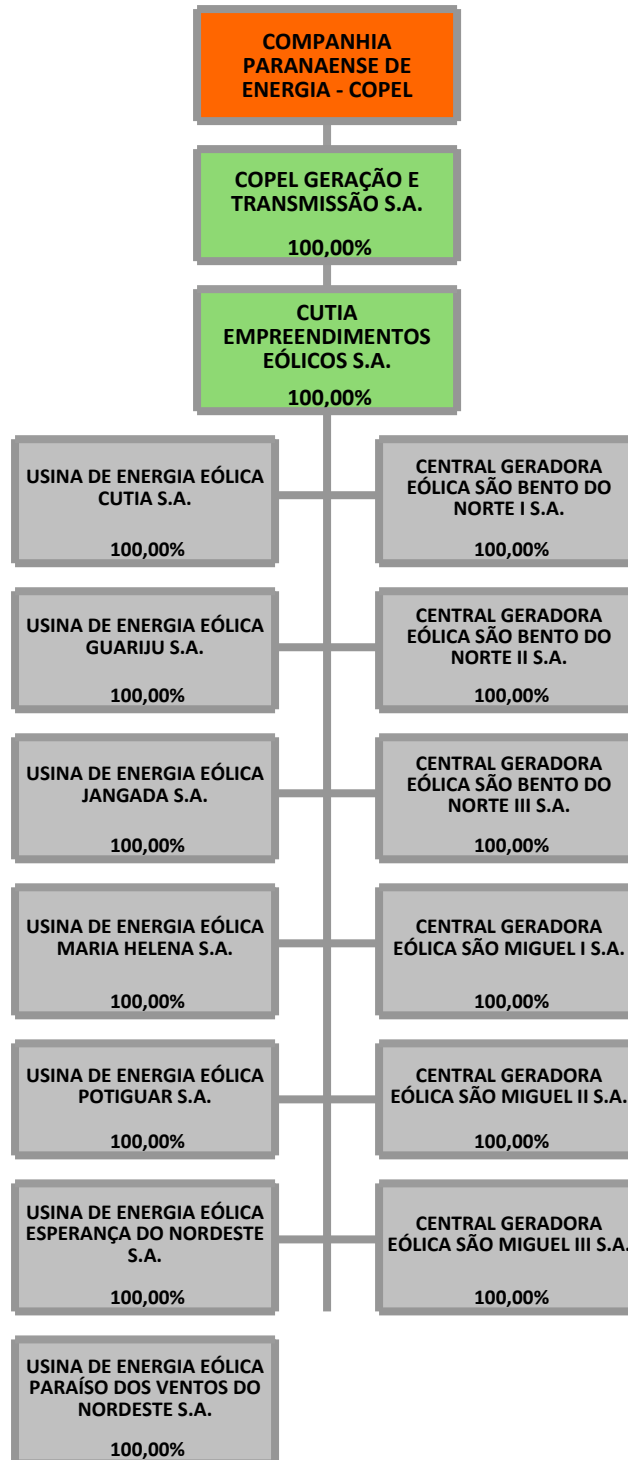
Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	23,1	10,1	60,4	252,17	31.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	23,1	10,8	65,8	252,17	29.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	23,1	10,2	58,0	252,17	09.04.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	21,0	9,3	48,9	252,17	14.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	21,0	9,1	43,7	252,17	02.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	21,0	9,2	45,2	252,17	14.02.2019	04.08.2050
Total das Eólicas	132,3	58,7	322,0			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

Em 28.11.2014, os 6 parques do Complexo Bento Miguel venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5). Foram negociados 58,7 MW médios pelo preço à época de R\$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
31.12.2025



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.989.417	2.075.959	(4,2)
Caixa e equivalentes de caixa	420.787	391.439	7,5
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	58.040	91.441	(36,5)
Dívida total	771.033	799.081	(3,5)
Dívida líquida	292.206	316.201	(7,6)
Receita operacional bruta	251.105	198.421	26,6
Deduções da receita	(10.246)	(9.719)	5,4
Receita operacional líquida (ROL)	240.859	188.702	27,6
Custos e despesas operacionais	(182.148)	(191.168)	(4,7)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	58.711	(2.466)	(2.480,8)
Ebitda ou Lajida (a)	167.845	106.635	57,4
Resultado financeiro	(34.733)	(24.364)	42,6
IRPJ/CSLL	(21.695)	(17.339)	25,1
Lucro operacional	23.978	(26.830)	(189,4)
Lucro líquido do exercício	2.283	(44.169)	(105,2)
Patrimônio líquido	1.009.546	1.107.263	(8,8)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,3	2,8	(17,9)
Liquidez geral (índice)	0,5	0,5	—
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	69,7	56,5	23,4
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	76,4	72,2	5,8
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	10,0	(14,2)	(170,4)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	0,9	(23,4)	(103,8)
Participação de capital de terceiros (%)	49,3	46,7	5,6
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	0,2	(4,0)	(105,0)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	91.293	135.360	420.787	391.439
Clientes	5	—	—	27.209	26.434
Dividendos a receber	10.1	34.257	4.385	—	—
Outros créditos		—	—	467	429
Imposto de renda e contribuição social		12.821	8.620	21.818	12.612
Outros tributos a recuperar		—	—	2	—
Despesas antecipadas		—	1	3.253	1.019
		138.371	148.366	473.536	431.933
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	58.040	91.441	59.957	93.142
Depósitos judiciais		23	23	507	452
Outros tributos a recuperar		—	—	113	77
		58.063	91.464	60.577	93.671
Investimentos	7	1.711.775	1.899.206	—	—
Imobilizado	8	—	—	1.439.046	1.534.936
Intangível	9	—	—	1.409	682
Direito de uso	16.1	—	—	14.849	14.737
		1.769.838	1.990.670	1.515.881	1.644.026
TOTAL DO ATIVO		1.908.209	2.139.036	1.989.417	2.075.959

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	10.1	3	3	1.090	1.388
Fornecedores	11	—	37	11.055	8.301
Imposto de renda e contribuição social		—	—	2.920	3.255
Outras obrigações fiscais		93	104	1.619	1.561
Empréstimos e financiamentos	12	35.585	32.325	35.585	32.325
Debêntures	13	49.583	33.821	49.583	33.821
Passivo de arrendamentos	16.2	—	—	385	335
Obrigação pela não performance de geração de energia	14	—	—	103.176	75.677
Outras contas a pagar	15	—	—	3.833	187
		85.264	66.290	209.246	156.850
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	10.1	127.534	232.548	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	18.885	7.935
Empréstimos e financiamentos	12	434.282	456.444	434.282	456.444
Debêntures	13	251.583	276.491	251.583	276.491
Passivo de arrendamentos	16.2	—	—	17.198	16.719
Obrigação pela não performance de geração de energia	14	—	—	40.980	40.684
Outras contas a pagar	15	—	—	7.467	13.496
Provisões para litígios	17.1	—	—	230	77
		813.399	965.483	770.625	811.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.1	1.331.746	1.431.746	1.331.746	1.431.746
Prejuízos acumulados		(322.200)	(324.483)	(322.200)	(324.483)
		1.009.546	1.107.263	1.009.546	1.107.263
TOTAL DO PASSIVO		1.908.209	2.139.036	1.989.417	2.075.959

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	-	-	240.859	188.702
Custos Operacionais	20	-	-	(174.362)	(175.764)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	66.497	12.938
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	20	-	-	(387)	(488)
Despesas gerais e administrativas	20	(1.394)	(1.344)	(6.431)	(8.118)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	8	7	(968)	(6.798)
Resultado da equivalência patrimonial	7	74.984	11.288	-	-
		73.598	9.951	(7.786)	(15.404)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		73.598	9.951	58.711	(2.466)
Resultado Financeiro	21				
Receitas financeiras		29.082	21.293	68.243	53.440
Despesas financeiras		(100.397)	(75.413)	(102.976)	(77.804)
		(71.315)	(54.120)	(34.733)	(24.364)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		2.283	(44.169)	23.978	(26.830)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22				
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(10.737)	(19.516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(10.958)	2.177
		-	-	(21.695)	(17.339)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		2.283	(44.169)	2.283	(44.169)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	18.2				
Ações ordinárias		0,00165	(0,03084)		

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.283	(44.169)	2.283	(44.169)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.283	(44.169)	2.283	(44.169)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024		1.431.746	(280.314)	1.151.432
Prejuízo do exercício	18.2	—	(44.169)	(44.169)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.431.746	(324.483)	1.107.263
Redução de capital	18.1	(100.000)	—	(100.000)
Lucro do exercício	18.2	—	2.283	2.283
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.331.746	(322.200)	1.009.546

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		2.283	(44.169)	2.283	(44.169)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		100.383	75.409	106.453	76.894
Imposto de renda e contribuição social	22	—	—	10.737	19.516
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	—	—	10.958	(2.177)
Resultado da equivalência patrimonial	7	(74.984)	(11.288)	—	—
Depreciação		—	—	109.134	109.101
Provisão de não performance de geração de energia e ressarcimento do curtailment	14	—	—	24.268	69.718
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	20	—	—	499	441
Resultado das baixas de imobilizado	8.1	—	—	335	—
		27.682	19.952	264.667	229.324
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		—	—	(1.162)	826
Dividendos recebidos		—	43.723	—	—
Outros créditos		—	—	(38)	491
Imposto de renda e contribuição social		(4.201)	(3.058)	(9.206)	(2.096)
Outros tributos a recuperar		—	—	(38)	(23)
Despesas antecipadas		1	(1)	(2.234)	460
Partes relacionadas		—	335	—	(404)
Depósitos judiciais		—	—	(55)	232
		(4.200)	40.999	(12.733)	(514)
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		—	(33)	—	(33)
Partes relacionadas		127.529	114.844	(298)	(816)
Fornecedores		(37)	5	2.085	(2.530)
Outras obrigações fiscais		(11)	35	58	106
Obrigações pela não performance de geração de energia	14	—	—	—	(1.874)
Outras contas a pagar		—	—	2.277	540
		127.481	114.851	4.122	(4.607)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		150.963	175.802	256.056	224.203
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	(11.072)	(18.694)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	12.2	(37.772)	(40.018)	(37.772)	(40.018)
Encargos de debêntures pagos	13.2	(20.661)	(23.165)	(20.661)	(23.165)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	16.2	—	—	(1.467)	(1.476)
		92.530	112.619	185.084	140.850
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		33.401	(7.702)	33.185	(7.854)
Aquisições de intangível	9	—	—	(730)	—
Aquisições de imobilizado		—	—	(17.804)	(7.387)
		33.401	(7.702)	14.651	(15.241)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	12.2	(31.819)	(28.964)	(31.819)	(28.964)
Redução de capital		(100.000)	—	(100.000)	—
Amortizações de principal de debêntures	13.2	(38.179)	(26.660)	(38.179)	(26.660)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	16.2	—	—	(389)	(301)
		(169.998)	(55.624)	(170.387)	(55.925)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(44.067)	49.293	29.348	69.684
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	135.360	86.067	391.439	321.755
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	91.293	135.360	420.787	391.439
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(44.067)	49.293	29.348	69.684

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia, Companhia ou Controladora), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e a exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, e comercialização de energia elétrica, por meio das suas participações societárias.

1.1. Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Vencimento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	Portaria nº 349/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	Portaria nº 348/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	Portaria nº 347/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	Portaria nº 352/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	Portaria nº 351/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	Portaria nº 350/2015	04.08.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	REA nº 3.256/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	REA nº 3.257/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	Portaria MME nº 179/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	REA nº 3.259/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 183/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 182/2015	11.05.2050

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 23.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 17 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 19 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e provisão pela não performance de geração de energia;
- NEs nº 3.7 e 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;
- NEs nº 3.8 e 16 - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Base de consolidação

3.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel. Os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos efetuados pelo órgão regulador, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.9. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.10. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	591	367	24.778	15.192
Aplicações financeiras de liquidez imediata	90.702	134.993	396.009	376.247
	91.293	135.360	420.787	391.439

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 99,70% e 101,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Contratos regulados	26.833	55	26.888	26.024
CCEE	321	–	321	419
(-) Perdas de créditos esperadas	–	–	–	(9)
	27.154	55	27.209	26.434

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	58.040	91.441	58.040	91.441
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 100% do CDI	–	–	1.917	1.701
	Não circulante	58.040	91.441	59.957	93.142

CDI - Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de até 30 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes a Cotas de Fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES e com o contrato de emissão de debêntures.

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2025	Equivalência patrimonial	Deliberação Dividendos Adicionais	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2025
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	135.986	5.191	(2.659)	(1.232)	120.088
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	137.558	6.429	(2.339)	(1.527)	121.605
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	143.445	4.803	(177)	(1.141)	129.801
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	120.999	2.377	(633)	(565)	106.734
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	125.410	1.930	(29)	(458)	112.217
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	123.381	2.317	–	(357)	110.705
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	119.834	3.279	–	(779)	106.656
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	168.786	7.871	(4.519)	(1.869)	151.593
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	155.916	12.778	(670)	(3.035)	142.596
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	197.366	3.390	–	–	182.749
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	162.271	8.014	–	(1.803)	145.000
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	152.832	7.432	–	(1.764)	141.186
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	155.422	9.173	(2.133)	(2.179)	140.845
	1.899.206	74.984	(13.159)	(16.709)	1.711.775

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Deliberação Dividendos Adicionais	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	136.975	3.730	(3.834)	(885)	135.986
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	139.904	3.283	(4.849)	(780)	137.558
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	146.233	248	(2.977)	(59)	143.445
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	121.622	888	(1.300)	(211)	120.999
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	127.293	42	(1.915)	(10)	125.410
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	126.178	(967)	(1.830)	–	123.381
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	121.861	(419)	(1.608)	–	119.834
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	168.535	6.342	(4.585)	(1.506)	168.786
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	158.816	940	(3.617)	(223)	155.916
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	200.939	(3.573)	–	–	197.366
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	164.129	(516)	(1.342)	–	162.271
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	154.536	(1.704)	–	–	152.832
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	158.072	2.994	(4.933)	(711)	155.422
	1.925.093	11.288	(32.790)	(4.385)	1.899.206

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	2.152.672	(743.769)	1.408.903	2.158.295	(635.658)	1.522.637
Edificações	6.358	(1.022)	5.336	4.327	(761)	3.566
Móveis e utensílios	26	(8)	18	26	(7)	19
	2.159.056	(744.799)	1.414.257	2.162.648	(636.426)	1.526.222
Em curso						
Custo	24.789	–	24.789	8.714	–	8.714
	24.789	–	24.789	8.714	–	8.714
	2.183.845	(744.799)	1.439.046	2.171.362	(636.426)	1.534.936

8.1. Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Provisão para descomissionamento	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Em serviço												
Máquinas e equipamentos	1.609.222	–	11.220	(108.234)	10.432	1.522.640	–	(108.112)	–	(5.660)	35	1.408.903
Edificações	2.999	–	–	(149)	714	3.564	–	(262)	–	–	2.034	5.336
Móveis e utensílios	18	–	–	(2)	2	18	–	–	–	–	–	18
	1.612.239	–	11.220	(108.385)	11.148	1.526.222	–	(108.374)	–	(5.660)	2.069	1.414.257
Em curso												
Custo	12.733	7.129	–	–	(11.148)	8.714	18.479	–	(335)	–	(2.069)	24.789
	12.733	7.129	–	–	(11.148)	8.714	18.479	–	(335)	–	(2.069)	24.789
	1.624.972	7.129	11.220	(108.385)	–	1.534.936	18.479	(108.374)	(335)	(5.660)	–	1.439.046

A taxa média de depreciação é de 5,05% a.a. (5,02% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

9. Intangível

A Companhia e suas controladas registram no ativo intangível as servidões de passagem de linha. Estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

Consolidado	Em serviço	Em curso	Total
Em 1º.01.2024	389	—	389
Aquisições	—	293	293
Em 31.12.2024	389	293	682
Aquisições	—	730	730
Quotas de amortização - concessão e autorização	(3)	—	(3)
Em 31.12.2025	386	1.023	1.409

10. Partes Relacionadas

10.1. Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante				
Controladas				
Dividendos a receber				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	4.780	885	—	—
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	4.646	780	—	—
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	1.376	59	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	1.407	211	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	496	10	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	357	—	—	—
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	779	—	—	—
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	7.896	1.506	—	—
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	3.930	223	—	—
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	1.803	—	—	—
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	1.765	—	—	—
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	5.022	711	—	—
	34.257	4.385	—	—
Passivo Circulante				
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento de estrutura (a)	2	2	700	1.031
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de estrutura (a)	1	1	390	357
Controladas - Contas a pagar (b)				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	8.765	16.758	—	—
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	9.928	18.957	—	—
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	9.035	17.129	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	8.537	15.444	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	11.279	14.636	—	—
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	5.691	14.636	—	—
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	8.800	15.678	—	—
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	10.357	18.676	—	—
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	11.653	22.393	—	—
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	9.732	18.007	—	—
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	12.513	23.482	—	—
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	10.202	17.314	—	—
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	11.042	19.438	—	—
	127.534	232.548	—	—
Total Ativo	34.257	4.385	—	—
Total Passivo	127.537	232.551	1.090	1.388

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

(b) As Controladas da Cutia são intervenientes junto aos contratos de financiamento de debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia, as quais, por força contratual, transferem recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 12 e 13).

10.2. Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladores								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-	(3.879)	(4.011)
Entidades sob controle comum								
Suprimento de energia elétrica								
Copel Distribuição S.A.	-	-	-	-	7.706	7.414	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(97)	(266)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(19)	(72)
Plano previdenciário	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
	-	-	-	-	7.706	7.414	(4.025)	(4.379)

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	—	37	9.115	6.878
Encargos de uso da rede elétrica	—	—	1.930	1.421
Energia elétrica	—	—	10	2
	—	37	11.055	8.301

12. Empréstimos e Financiamentos

O contrato teve o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Controladora e Consolidado Banco	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
		BNDES	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da Copel GET; Cessão fiduciária de direitos creditórios;
	Total moeda nacional	477.502	497.199
	Dívida bruta	477.502	497.199
	(-) Custo de transação	(7.635)	(8.430)
	Dívida líquida	469.867	488.769
	Circulante	35.585	32.325
	Não circulante	434.282	456.444

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 23.3.

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD $\geq 1,5$ e do índice de alavancagem (Dívida líquida/Ebitda) $\leq 3,5$, de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 23.12.2024, esse contrato de financiamento recebeu carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 49/2024, com autorização para substituição temporária, até o exercício de 2029, do procedimento de cálculo do ICSD atual pelo cálculo do ICSD e de Índice de Alavancagem com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Em 31.12.2025, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

12.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	37.647	(797)	36.850
2028	40.673	(800)	39.873
2029	43.943	(799)	43.144
2030	47.476	(800)	46.676
2031	51.294	(801)	50.493
Após 2031	220.087	(2.841)	217.246
	441.120	(6.838)	434.282

12.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2024	512.747
Encargos	40.733
Encargos e variação monetária	4.271
Amortização - principal	(28.964)
Pagamento - encargos	(40.018)
Em 31.12.2024	488.769
Encargos	38.504
Encargos e variação monetária	12.185
Amortização - principal	(31.819)
Pagamento - encargos	(37.772)
Em 31.12.2025	469.867

13. Debêntures

As debêntures tiveram por objetivo a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Controladora e Consolidado	Garantia	31.12.2025	31.12.2024
Emissão			
1ª	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos) e fidejussória Copel	316.081	327.685
	Total moeda nacional	316.081	327.685
	Dívida bruta	316.081	327.685
	(-) Custo de transação	(14.915)	(17.373)
	Dívida líquida	301.166	310.312
	Circulante	49.583	33.821
	Não circulante	251.583	276.491

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 23.3

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD \geq 1,2 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 23.12.2024, conforme Ata da Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, esse contrato recebeu autorização para substituição temporária, até o exercício de 2029, do procedimento de cálculo do ICSD atual pelo cálculo com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Em 31.12.2025 todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

13.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	46.140	(2.485)	43.655
2028	46.140	(2.505)	43.635
2029	53.831	(2.511)	51.320
2030	56.394	(2.524)	53.870
2031	61.521	(2.418)	59.103
	264.026	(12.443)	251.583

13.2. Mutação de debêntures

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2024	329.730
Encargos e variação monetária	30.407
Amortização - principal	(26.660)
Pagamento - encargos	(23.165)
Em 31.12.2024	310.312
Encargos e variação monetária	49.694
Amortização - principal	(38.179)
Pagamento - encargos	(20.661)
Em 31.12.2025	301.166

14. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa futuros. Diante dessa previsão contratual, a Companhia efetua o registro por estimativa dos passivos contratuais, reconhecidos no resultado como ajuste negativo da receita.

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	48.518
Provisão (Reversão)	68.004
Ressarcimentos	(1.875)
Atualização	1.714
Em 31.12.2024	116.361
Provisão (Reversão)	99.748
Atualização	3.527
Curtailement (NE nº 23.2.4)	(75.480)
Em 31.12.2025	144.156
	Circulante 103.176
	Não circulante 40.980

15. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Termo de Ajuste de Conduta - TAC (a)	—	1.360
Provisão para descomissionamento parques eólicos (b)	7.466	12.145
Prêmio de seguro	3.693	—
Outras contas a pagar	141	179
	11.300	13.684
	Circulante	3.833
	Não circulante	7.467
		187
		13.496

(a) Referem-se principalmente aos compromissos acordados (Termos de Ajuste de Conduta - TAC) e aprovados entre as Controladas Jangada, Potiguar e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante das Licenças de Instalação e Operação.

(b) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

16. Direito de Uso e Passivo de arrendamentos

16.1. Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	14.783	670	(716)	14.737	869	(757)	14.849
	14.783	670	(716)	14.737	869	(757)	14.849

16.2. Passivo de arrendamentos

16.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	16.685
Adições	670
Encargos	1.476
Pagamento - principal	(301)
Pagamento - encargos	(1.476)
Em 31.12.2024	17.054
Adições	869
Encargos	1.516
Pagamento - principal	(389)
Pagamento - encargos	(1.467)
Em 31.12.2025	17.583
	Circulante
	385
	Não circulante
	17.198

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na captação de recursos da Companhia, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A taxa de juros aplicada é de 9,10% a.a.

16.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

Consolidado	Total
2027	1.903
2028	2.203
2029	2.203
2030	2.203
2031	2.203
Após 2031	25.850
Valores não descontados	36.565
Juros embutidos	(19.367)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2025	17.198

16.3. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	17.583	22.456	27,71 %
Direito de uso de ativos	14.849	15.422	3,86 %
Despesa Financeira	1.516	1.906	25,73 %
Despesa de amortização	757	782	3,30 %
	34.705	40.566	

Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

16.4. Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, e aqueles cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 20).

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2025
Arrendamento de terrenos	3.189	12.919	55.335	71.443
	3.189	12.919	55.335	71.443

17. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

17.1. Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Resultado		Saldo em 31.12.2024	Resultado		Atualização monetária	Adições no imobilizado em curso	Saldo em 31.12.2025
		Provisões para litígios	Reversões		Provisões para litígios	Adições			
Trabalhistas	—	—	—	—	39	3	—	—	42
Fiscais	—	—	—	—	12	29	—	—	41
Cíveis									
Servidões de passagem (a)	41	—	5	46	—	—	—	5	51
Desapropriações e patrimoniais (a)	48	(47)	30	31	—	—	—	1	32
Ambientais	—	—	—	—	61	3	—	—	64
	89	(47)	35	77	112	35		6	230

(a) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

17.2. Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fiscais (a)	228	—	1.712	1.219
Trabalhistas (b)	—	—	—	22
	228	—	1.712	1.241

(a) Refere-se a cobrança de ISS, ação movida pelo município de São Bento do Norte (RN).

(b) Refere-se à responsabilidade solidária por ação trabalhista movida contra prestador de serviço contratado.

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 1.331.746 (R\$ 1.431.746 em 31.12.2024), é composto por 1.331.744.994 ações ordinárias em 31.12.2025 (1.431.744.994 em 31.12.2024), sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em 31.07.2025 a Assembleia Geral aprovou a redução do capital social no total de R\$ 100.000.

18.2. Resultado Líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	2.283	(44.169)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	1.389.871.716	1.431.744.995
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,00165	(0,03084)

19. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	278.988	264.634
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.731	1.631
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração (a)	(29.614)	(67.844)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(10.246)	(9.719)
	240.859	188.702

(a) O saldo contempla a provisão de não performance compensado pelo ressarcimento do curtailment (NEs n°s 14 e 23.2.4)

20. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	(9)	—	(9)	(14)
Planos previdenciário e assistencial	(1)	—	(1)	(2)
Serviços de terceiros	(242)	—	(242)	(288)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (a)	(1.142)	8	(1.134)	(1.033)
	(1.394)	8	(1.386)	(1.337)

(a) Valor positivo decorrente de Outras Receitas

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(74)	—	—	—	(74)	(26)
Encargos de uso da rede elétrica	(17.572)	—	—	—	(17.572)	(16.794)
Pessoal e administradores	—	—	(3.867)	—	(3.867)	(5.593)
Planos previdenciário e assistencial	—	—	(536)	—	(536)	(834)
Material	(557)	—	—	—	(557)	(370)
Serviços de terceiros	(36.165)	—	(596)	—	(36.761)	(41.281)
Depreciação e amortização	(109.134)	—	—	—	(109.134)	(109.101)
Provisões e reversões	—	(387)	—	(112)	(499)	(441)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(10.860)	—	(1.432)	(856)	(13.148)	(16.728)
	(174.362)	(387)	(6.431)	(968)	(182.148)	(191.168)

20.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

21. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	28.274	20.896	65.536	44.732
Juros sobre liquidações na CCEE	—	—	1.825	8.305
Outras receitas financeiras	808	397	882	403
	29.082	21.293	68.243	53.440
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	100.381	75.412	100.382	75.412
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	16	—	16	—
Variação monetária de litígios (NE nº 17.1)	—	—	35	—
Outras despesas financeiras	—	1	2.543	2.392
	100.397	75.413	102.976	77.804
Líquido	(71.315)	(54.120)	(34.733)	(24.364)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	2.283	(44.169)
IRPJ e CSLL (34%)	(776)	15.017
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	25.495	3.838
Despesas indedutíveis	(1.106)	(1.104)
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	(23.613)	—
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	—	(17.751)
Outros	(1.000)	—
IRPJ e CSLL correntes	—	—
IRPJ e CSLL diferidos	—	—
Alíquota efetiva - %	—%	—%

Em 31.12.2025 e 31.12.2024 a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 122.375 (R\$ 98.808 em 31.12.2024) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	278.988	278.988	264.634	264.634
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.731	1.731	1.631	1.631
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	22.458	33.686	21.301	31.952
Receita Financeira	39.161	39.161	23.855	23.855
(-) Receita Financeira Provisionada	(32.227)	(32.227)	6.401	6.401
Base de cálculo Receita Financeira	6.934	6.934	30.256	30.256
Outras Receitas	154	154	3.947	3.947
(=) Base de cálculo	29.546	40.774	55.504	66.155
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social	7.067	3.670	13.562	5.954
Receita Financeira Provisionada	32.227	32.227	(6.401)	(6.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.058	2.900	(1.601)	(576)

22.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

23. Instrumentos Financeiros

23.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	91.293	91.293	135.360	135.360
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	58.040	58.040	91.441	91.441
Total dos ativos financeiros			149.333	149.333	226.801	226.801
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		—	—	37	37
Empréstimos e financiamentos (c)	12		477.502	440.614	497.199	499.960
Debêntures (d)	13		316.081	303.119	327.685	322.441
Total dos passivos financeiros			793.583	743.733	824.921	822.438

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	420.787	420.787	391.439	391.439
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	59.957	59.957	93.142	93.142
			480.744	480.744	484.581	484.581
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		27.209	27.209	26.434	26.434
			27.209	27.209	26.434	26.434
Total dos ativos financeiros			507.953	507.953	511.015	511.015
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		11.055	11.055	8.301	8.301
Empréstimos e financiamentos (c)	12		477.502	440.614	497.199	499.960
Debêntures (d)	13		316.081	303.119	327.685	322.441
Total dos passivos financeiros			804.638	754.788	833.185	830.702

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

23.2. Gerenciamento dos riscos financeiro

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

23.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	420.787	391.439
Títulos e valores mobiliários (a)	59.957	93.142
Clientes (b)	27.209	26.434
	507.953	511.015

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

23.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	10.321	130	604	—	—	11.055
Empréstimos e financiamentos	5.909	11.929	54.401	302.723	361.612	736.574
Debêntures	—	—	71.472	278.468	79.737	429.677
Passivo de arrendamento	145	291	1.339	7.796	41.345	50.916
	16.375	12.350	127.816	588.987	482.694	1.228.222

Controladora	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Empréstimos e financiamentos	5.909	11.929	54.401	302.723	361.612	736.574
Debêntures	—	—	71.472	278.468	79.737	429.677
	5.909	11.929	125.873	581.191	441.349	1.166.251

Conforme divulgado nas NEs nºs 12 e 13, a Companhia tem empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

23.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25% e IPCA – 4,00%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,64% calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	59.957	7.110	5.334	3.558
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	477.502	41.244	51.554	61.865
Debêntures	Alta IPCA	316.081	12.643	15.804	18.965

23.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 14. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período.

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a Cutia apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 75.480 no resultado de 2025, dos quais R\$ 73.661 foram registrados na receita operacional líquida e R\$ 1.819 na receita financeira.

23.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	469.867	488.769	469.867	488.769
Debêntures	301.166	310.312	301.166	310.312
(-) Caixa e equivalentes de caixa	91.293	135.360	420.787	391.439
(-) Títulos e Valores Mobiliários - garantias de contratos de dívidas	58.040	91.441	58.040	91.441
Dívida líquida ajustada	621.700	572.280	292.206	316.201
Patrimônio líquido	1.009.546	1.107.263	1.009.546	1.107.263
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	0,62	0,52	0,29	0,29

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 9,05% a.a (10,52% a.a em 31.12.2024), o que equivale a 60,74% do CDI (86,55% do CDI em 2024).

24. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada
Apólice		
Seguro Riscos Operacionais	28.05.2027	2.582.541
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Judicial	23.10.2026	9.855

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

25. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

25.1. Transações que não envolvem caixa

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Adições do ativo imobilizado	669	—
Provisão para descomissionamento	(5.660)	—
Adições de direito de uso de ativos (a)	869	670
	(4.122)	670

(a) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE nº 16).

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 23 de março de 2026

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO REZENDE

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

TATIANE RAMTHUN GUMZ

Contadora - CRC-PR-050498/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), inscrita no CNPJ sob o nº 10.979.076/0001-64, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Cutia de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Cutia de 31.12.2025

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 23 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

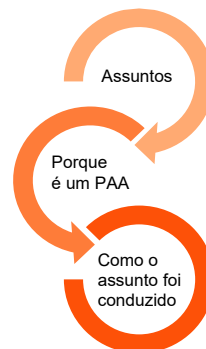
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento de receita (Notas 3.6 e 19)</p> <p>As receitas de suprimento de energia elétrica da Companhia e suas controladas são reconhecidas com base nos dados de faturamento e megawatts (MW) médios de energia elétrica contratada, os quais são declarados junto à CCEE - Câmara de Comércio de Energia Elétrica. Em situações que tais informações não estão disponíveis, a Companhia estima a receita a cada final de período, por meio das regras previstas contratualmente, estimativas de preços e volumes de fornecimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram receitas operacionais no montante de R\$ 240.859 mil.</p> <p>Dessa forma, o processamento incorreto de dados ou informações podem gerar distorções no reconhecimento da receita no exercício. Sendo assim, esse assunto foi considerado como o principal assunto de nossa auditoria.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, avaliação das políticas contábeis aplicadas pela administração, entre outros.• Efetuamos, em base amostral, testes de recálculo dos valores apropriados como receitas e inspeção de contratos e outros documentos comprobatórios das transações, quando aplicável, para avaliar o cumprimento das obrigações de performance. Também inspecionamos os respectivos comprovantes de liquidação financeira das referidas transações.• Recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.• Avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <p>Consideramos que as informações apresentadas e divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras estão consistentes com o conhecimento obtido na nossa auditoria.</p>



Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 23 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', written in a cursive style.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0